

QUESTÕES PROVAS OBJETIVAS OFICIAL DE PROMOTORIA GOIÁS

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o seguinte trecho da reportagem de *Camila Brandalise* publicada no site www.uol.com.br, em 15/10/2020, para responder as **questões 01, 02 e 03**.

"Esfaqueou ex por ciúme e foi absolvido: como defesa da honra chegou ao STF.

Durante o relacionamento, ele a proibia de sair de casa, tinha rompantes de fúria e se mostrava violento. O casal se separou, mas, uma semana depois, o homem ainda perseguia a ex-mulher. Na noite de 25 de maio de 2016, foi atrás dela dentro da Igreja Evangélica Missão e Avivamento, na cidade de Nova Era (MG). Puxou-a pelo braço e, no meio da conversa, viu uma mensagem no celular da ex com a frase "te aguardo no mesmo lugar". Segundo ele, nesse momento, "bateu um trem doido": com uma faca de serra — mais tarde, afirmou à polícia sempre andar com uma —, deu três golpes na mulher, na cabeça e nas costas.

Essas informações fazem parte do depoimento do próprio agressor confesso. A mulher foi levada para um hospital, passou por uma cirurgia e sobreviveu. Ele foi preso em flagrante. "Desferi três facadas na minha ex, pois vi várias conversas amorosas no celular dela, sou trabalhador e não posso aceitar de forma alguma uma situação humilhante dessas", afirmou, segundo uma testemunha, ao ser levado pela polícia.

Em junho 2017, o réu, Vagner Rosário Modesto foi a júri popular. Os jurados abraçaram seu argumento de que havia perdido a cabeça por causa do comportamento da mulher, agindo por "legítima defesa da honra", e o absolveram por unanimidade. Ele foi solto na sequência. O caso é público, assim como as decisões da Justiça. Não chegou a ter repercussão: no jornal local, um texto breve explicando o que havia acontecido foi publicado no dia seguinte ao crime. Nesta reportagem, o nome da vítima, que na época tinha 18 anos, foi suprimido para manter seu anonimato. A legítima defesa da honra não existe legalmente. Surge nos embasamentos dos advogados como uma variável da legítima defesa, esta, sim, prevista no Código Penal como a situação em que entende-se não haver crime se a pessoa estiver se defendendo de uma agressão, mesmo iminente, ou estiver defendendo alguém. A ideia desse argumento é abrandar a pena ou mesmo livrar de punição o homem que cometeu o crime afirmando que o fez para defender sua honra, manchada por causa de algum tipo de conduta da vítima, como uma traição. Vem sendo criticada com veemência há, pelo menos, 40 anos, desde que uma mobilização nacional de coletivos feministas pediu um novo julgamento do caso Doca Street, playboy que matou Ângela Diniz em 1976 e afirmou ter cometido o crime porque ela o havia provocado, seduzindo outros homens e mulheres mesmo durante o relacionamento. Em um primeiro momento, Doca foi liberado do cumprimento da pena de dois anos de prisão. Em 1981, a pressão surtiu efeito. Ele foi julgado novamente e condenado a 15 anos de prisão.

Após o resultado do júri absolver Modesto, o Ministério Público de Minas Gerais pediu um novo julgamento. O Tribunal de Justiça do estado autorizou, assim como o STJ (Superior Tribunal de Justiça). A defesa recorreu para que se mantivesse a decisão, e o caso foi levado ao STF (Supremo Tribunal Federal). No último dia 29 de setembro, por três votos a dois, a primeira turma do Supremo decidiu que não deveria haver novo julgamento, uma vez que o júri é soberano em sua decisão. O ministro Alexandre de Moraes, um dos votos vencidos, afirmou que deveria haver um segundo julgamento para que se imputasse uma sentença, e esse, então, poderia ser considerado definitivo.

"Até décadas atrás, no Brasil, a legítima defesa da honra era o argumento que mais absolvía os homens violentos que mataram suas namoradas e esposas, o que fez o país campeão de feminicídio", disse. O Brasil ocupa o quinto lugar no ranking dos países que mais matam mulheres no mundo, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde).

A Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) prepara um documento questionando a decisão do STF. O processo dividiu juristas uma vez que a soberania de um júri popular é garantida pela Constituição. Gerou, inclusive, discórdia entre os próprios ministros.

Além de Moraes, o ministro Luís Roberto Barroso também foi a favor de um novo júri, dizendo que chancelar a absolvição seria passar a mensagem "de que um homem, ao se sentir traído, pode esfaquear a sua mulher, tentando matá-la em legítima defesa da honra ou seja lá em que tese se possa definir. Não parece que no século 21 essa seja uma tese que possa se sustentar". Única mulher entre os cinco ministros da primeira turma, Rosa Weber foi a favor da "norma constitucional" e votou contra novo julgamento (...)

Fonte: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/15/esfaqueou-ex-por-ciume-e-foi-absolvido-como-defesa-da-honra-chegou-a-stf.htm>

1) A respeito do texto acima, assinale a alternativa correta:

- (a) A reportagem afirma que o trabalhador honesto não pode ser humilhado com um adultério e, por isso, é possível que o júri popular absolva o cidadão que atente contra vida da mulher.
- (b) A autora do texto deixa claro que sua opinião é favorável à absolvição judicial com a tese de legítima defesa da honra.
- (c) É possível afirmar que segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking dos países que mais matam mulheres no mundo e são absolvidos pelo júri popular.
- (d) O texto traz a informação de que décadas atrás, no Brasil, a legítima defesa da honra era o argumento que mais absolvía os homens violentos que mataram suas namoradas e esposas, o que fez o país campeão de feminicídio, conforme fala do ministro Alexandre de Moraes.

2) Acerca da legítima defesa da honra, a reportagem assevera que:

- (a) O grande erro de nossas leis é haver a previsão da legítima defesa da honra no Código Penal que permite a absolvição de homens agressores.
- (b) A legítima defesa da honra aparece nos argumentos de má-fé dos advogados como uma falsa legítima defesa para enganar os jurados.
- (c) A legítima defesa da honra vem sendo criticada com veemência, desde que uma mobilização nacional de coletivos feministas pediu um novo julgamento do caso do assassinato de Ângela Diniz em 1976.
- (d) Houve grande injustiça no caso de Doca Street, playboy que matou Ângela Diniz em 1976, porque, em um primeiro momento, Doca foi liberado do cumprimento da pena de dois anos de prisão, mas em 1981 ele foi julgado novamente e condenado a 15 anos de prisão.

3) Ao trazer alguns dos entendimentos dos Ministros do STF acerca do julgamento exposto na reportagem, é possível se concluir que:

- (a) Os votos dos ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso foram vencidos para que houvesse um novo julgamento pelo júri popular.
- (b) O ministro Alexandre de Moraes afirmou que o país é campeão de feminicídio porque as pessoas não são fiéis.
- (c) O ministro Luís Roberto Barroso defende que nossa Constituição garante a plenitude de defesa, logo, a tese de legítima defesa da honra é totalmente válida.
- (d) A ministra Rosa Weber, como única mulher entre os cinco ministros da primeira turma do STF, não pôde votar.

4) A partir da leitura da tirinha abaixo, é possível chegar à conclusão de:



(www.google.com.br)

- (a) Que as pessoas não tem paciência para leitura, encerrando-a na primeira página.
- (b) Que o consumo de livros de autoajuda está em pleno declínio.
- (c) Que o esforço pessoal é o caminho para o sucesso.
- (d) Que as redes sociais impõem padrões de beleza inacessíveis.

5) No poema estilo **haikai** do poeta Paulo Leminski, abaixo transcrito, pode-se interpretar:

“árvore caída
vira amarela
última vez na vida”

- (a) Que o autor identifica a semelhança entre a morte das árvores e das pessoas.
- (b) Que o autor procura captar um momento presente na natureza.
- (c) Que o autor denuncia o desmatamento da floresta de forma poética.
- (d) Que o autor se sente já no fim de sua própria vida.

6) Assinale a alternativa cuja frase esteja inteiramente correta no tocante a ortografia, concordância e significação das palavras.

- (a) Em que pese todos os esforços, passou despercebido o mandato expedido pelo juiz que determinava o levantamento daquela vultosa quantia.
- (b) Em que pese todos os esforços, passou desapercibido o mandato expedido pelo juiz que determinava o levantamento daquela vultuosa quantia.
- (c) Em que pesem todos os esforços, passou despercebido o mandado expedido pelo juiz que determinava o levantamento daquela vultosa quantia.
- (d) Em que pesem todos os esforços, passou desapercibido o mandado expedido pelo juiz que determinava o levantamento daquela vultuosa quantia.

7) Assinale a alternativa em que o verbo em destaque foi corretamente conjugado.

- (a) Se você **INTERPOR** um recurso, talvez consiga reverter a situação;
- (b) Se você **VER** que a situação piorou, volte para cá;
- (c) Quando você **VIM** para cá, traga a pasta da diretoria;
- (d) Você só será respeitado se se **IMPUSER**.

8) Está correto o emprego de ambas as formas verbais sublinhadas na frase:

- (a) Os espectadores que reverem o filme com atenção, sentir-se-ão recompensados pelas qualidades que ressaltarão nessa segunda oportunidade.
- (b) Caso não houvesse ocorrido aqueles nove anos de interrupção de filmagem, obteria-se muito provavelmente um filme com bem diversas características.
- (c) Cenas do filme não haveriam de ser tão marcantes caso não se contrapusessem nelas a sondagem do solo e a da alma das personagens.

(d) Provavelmente os cineastas perfizeram vários trajetos pelo Nordeste, para que obtessem os resultados tão elogiados pelo autor do texto.

9) Considere o seguinte período e as correções abaixo apontadas para ele:

Durante a sessão na Assembleia, recomendou-se que a lei orçamentária desse tratamento prioritário a área de atendimento à criança, conforme o previsto no art. 4º, par. único da Lei nº 8.069/90, e o art. 227, caput da constituição federal.

1. A palavra sessão deveria grafada seção.
2. Deveria haver crase no 'a' que precede área.
3. Deveria haver vírgula tanto após par. único quanto após caput.
4. O termo constituição federal deveria ser grafado com maiúsculas.

Quais correções deveriam ser realizadas?

- (a) Apenas 2 e 4.
- (b) Apenas 1, 2 e 3.
- (c) Apenas 2, 3 e 4.
- (d) 1, 2, 3 e 4.

10) Assinale o período de pontuação correta:

- (a) Não gosto de chuva por mais que, dela necessitamos.
 - (b) Não gosto, de chuva, por mais que dela, necessitamos.
 - (c) Não gosto de chuva, por mais que dela necessitamos.
 - (d) Não gosto, de chuva por mais que dela, necessitamos.
-

MATEMÁTICA

11) Uma imobiliária da cidade fez o seguinte anúncio de aluguel referente a uma sala comercial: "Sala com dimensões 20m x 30m, por R\$ 90,00 o metro quadrado + R\$ 900,00 de taxa de condomínio". Assim, o valor mensal, em reais, do aluguel, incluindo a taxa de condomínio, é:

- (a) $(30+20) \times (90+900)$.
- (b) $(20+30) \times 90+900$.
- (c) $600+90+900$.
- (d) $(600) \times 90+900$.

12) Um banco cobra uma taxa de 1,8% sobre o valor total de cada TED enviado pelo cliente. Para enviar uma TED ao amigo, um cliente gastou no total a quantia de R\$ 5.090,00. Qual o valor recebido pelo amigo?

- (a) R\$ 5.000,00.
- (b) R\$ 4.950,00.
- (c) R\$ 4.800,00.
- (d) R\$ 5.050,00.

13) Num tanque temos 5.500 litros de água e 900 litros de óleo. Cada litro de água pesa 1 kg, enquanto um litro de óleo pesa 800 gramas. Assim, o peso total dos 6400 litros do tanque, em toneladas, é igual a:

- (a) 0,0622 T.
- (b) 0,622 T.
- (c) 6,22 T.
- (d) 62,2 T.

14) O Promotor de Justiça foi realizar uma inspeção no presídio de determinada cidade. Ele saiu da Promotoria às 14h15 e retornou ao mesmo local às 17h15. Se o Promotor de Justiça ficou uma hora e meia na inspeção, então o tempo gasto nos trajetos de ida e volta ao presídio foi igual a:

- (a) 1 hora.
- (b) 1 hora e 30 minutos.
- (c) 2 horas.
- (d) 2 horas e 30 minutos.

15) Antes de operar seu joelho, Fernando corria 15 km em 1h45min. Agora, depois de operar o joelho, Fernando só consegue caminhar, sendo que caminha 8 km em 1h20min. Para percorrer 1 km atualmente, comparado com a época em que não havia operado seu joelho, Fernando precisa de mais:

- (a) 10 minutos.
- (b) 7 minutos.
- (c) 3 minutos.
- (d) 2 minutos.

HISTÓRIA DO BRASIL

16) Acerca da história do Brasil contemporâneo, assinale a alternativa incorreta:

- (a) A expressão “Pacote de Abril” refere-se ao conjunto de decretos editados durante o governo Geisel que adiou para 1982 a eleição indireta para governadores, modificou a composição do colégio eleitoral e reforçou a presença do partido governista (ARENA).
- (b) O governo de José Sarney foi marcado pela aprovação do mandato presidencial de quatro anos, pelo controle rígido da inflação com o Plano Cruzado e pela estatização das telecomunicações no Brasil.
- (c) O Brasil passou por um processo de integração política, social e econômica com países da América Latina, após o período da transição democrática e da definição de uma nova carta constitucional em 1988.
- (d) Todo o período republicano engloba a história do Brasil contemporâneo, uma vez que a Proclamação da República ocorreu no século XX.

17) Assinale a alternativa que contém de forma correta o nome conhecido dos eventos da história do Brasil com seus respectivos períodos:

- (a) Primeira República (1880 – 1950).
- (b) Era Vargas (1920 – 1950).
- (c) República Nova (1940 – 1969).
- (d) Regime Militar (1964 – 1985).

18) A chamada política do ‘café-com-leite’, existente na República Velha, pode ser caracterizada como a:

- (a) Aliança entre os estados de São Paulo e Goiás, sendo que o primeiro escolhia o Presidente da República, enquanto o vice deveria ser um político goiano.
- (b) Aliança política entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, a fim de controlar a política em nível nacional, revezando-se na Presidência da República.
- (c) Aliança econômica entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, com o objetivo de impulsionar a exportação de café e de produtos derivados do leite.
- (d) Exportação de café dos estados do Paraná e Minas Gerais, aliada à exportação de leite pelo Estado do Rio Grande do Sul.

19) Sobre as consequências da Guerra dos Emboabas para a povoação do Estado de Goiás, é correto afirmar:

- (a) Com o fim da guerra, houve uma migração em massa de pessoas que deixaram Goiás, despovoando-o.
- (b) Após a vitória dos paulistas, muitos goianos emigraram para Minas Gerais em busca de ouro.
- (c) Com a derrota dos paulistas, os emboabas reivindicaram para si o território onde hoje se encontra o Estado de Goiás, iniciando sua povoação.
- (d) A derrota dos paulistas fez com que alguns deles migrassem para onde hoje se encontra o Estado de Goiás, em busca de ouro, iniciando a povoação do território.

20) Dentre os fatos abaixo enumerados, **não** pode ser considerada causa da eclosão da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas:

- (a) O apoio de Washington Luís a causa getulista.
 - (b) A crise que atingiu a economia cafeeira.
 - (c) O assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas.
 - (d) A suspeita de fraude nas eleições presidenciais que elegeram Júlio Prestes.
-

GEOGRAFIA

21) Assinale a alternativa **incorreta** a respeito da escala, um dos elementos de um mapa:

- (a) Constitui a relação entre o espaço real e a representação no mapa.
- (b) A partir dela, se tem a apresentação da superfície esférica no plano.
- (c) Representa o nível de detalhes das informações representadas.
- (d) Quanto maior a área do terreno a ser representada, maior a redução necessária para que ele caiba em um espaço determinado.

22) Sobre a demografia da população brasileira é correto afirmar:

- (a) A população relativa é alta e a população absoluta baixa.
- (b) O número absoluto da população é correspondente ao tamanho de sua área.
- (c) O Brasil é um país populoso, mas não densamente povoado.
- (d) Tem uma grande densidade demográfica.

23) Sobre a dinâmica demográfica brasileira, é correto afirmar que:

- a) A taxa de fecundidade cresce desde a década de 1980.
- b) O movimento pendular não existe nas regiões metropolitanas do Centro-Sul.
- c) A base da pirâmide etária está diminuindo em razão da queda das taxas de natalidade.
- d) A expectativa de vida caiu 3,7 anos no início do século XXI.

24) Dentro do tópico dos setores da economia e as cadeias produtivas, a ideia de “fome” vem há algum tempo sendo ressignificada, politicamente, sob a luz do conceito de “segurança alimentar”. Nos debates mundiais, as discussões são focadas na necessidade de emancipação dos povos dependentes das políticas internacionais que regulam a produção, estocagem, distribuição e comercialização alimentar no mundo. Sobre o conceito de “segurança alimentar”, é **incorreto** afirmar que:

- (a) Ele representa uma mudança de concepção que poderá transformar a qualidade de vida de inúmeras sociedades historicamente dependentes dos padrões de consumo alimentar de países e regiões possuidores de índices de desenvolvimento humano (IDH) bastante elevados.
- (b) Ele é o caminho para a construção de outro conceito, ainda mais expressivo, voltado para a erradicação da miséria no mundo: o da “sustentabilidade alimentar”. Este conceito, que incorpora

programas ligados à preservação do meio ambiente e à não utilização de agrotóxicos nas monoculturas extensivas, concebe o enfrentamento da pobreza a partir de programas locais voltados para o mercado de trabalho.

(c) A sustentabilidade das atividades agrícolas nos países mais pobres deve ser delegada às suas tecnologias e tradições produtivas, para que seja possível a erradicação da fome. O conceito relaciona a autonomia alimentar dos países com a geração de novos empregos e a menor dependência das importações e flutuações dos preços no mercado internacional.

(d) Se as populações em estado de “pobreza absoluta” forem os principais atores de sua própria emancipação social, não haveria chances de que espaços diversos onde há “insegurança alimentar” sejam menos afetados por processos de marginalização socioespacial.

25) Acerca da questão agrária no Brasil, a qual se insere nas atividades econômicas e o espaço geográfico, assinale a alternativa correta:

(a) A legislação garante, desde 1850, que todo trabalhador rural com interesse em ter sua terra deve procurar o Estado para comprá-la, sendo garantida a ele a posse definitiva

(b) A reforma agrária convencional faz parte de uma operação negociada entre as velhas e as novas forças sociais, objetivando modificar o monopólio latifundista, sem mudar as regras institucionais da sociedade tradicional.

(c) A reforma agrária estrutural corresponde a uma situação dada, em um momento histórico, quando se observa como está organizada a apropriação da terra, como está distribuída entre os habitantes e quais as condições de sua exploração.

(d) Sem terem onde trabalhar, muitos agricultores ocupam terras abandonadas, onde constroem suas casas e passam a cultivar o solo, tornando-se posseiros.

INFORMÁTICA BÁSICA

26) O documento que contém as normas para utilização da rede de comunicação, ativos de informática e acesso à Internet de um órgão e estabelece os direitos e responsabilidades dos usuários é chamado de:

(a) Política de Backup.

(b) Política de Confidencialidade.

(c) Política de Uso Aceitável.

(d) Política Pública.

27) Sobre o software livre, é **incorreto** afirmar que:

(a) É sempre gratuito.

(b) O usuário tem liberdade para executar, acessar e modificar o código fonte.

(c) Pode ser redistribuído sem nenhuma restrição.

(d) Tem sempre seu código fonte aberto.

28) Analise os parágrafos a seguir, que se referem aos serviços e aos recursos disponíveis aos usuários da Internet:

I. No endereço eletrônico jose@mpgo.mp.br, o campo jose, que precede o símbolo @, identifica o usuário de e-mail de maneira única dentro do provedor de acesso 'mpgo.mp.br';

II. O termo SPAM é usado para designar as mensagens eletrônicas não solicitadas, que geralmente são enviadas para um grande número de pessoas, sendo sempre recomendável, quando do recebimento, clicar nos conteúdos e links encaminhados, a fim de checar a segurança do conteúdo encaminhado;

III. Hypertext Markup Language ou HTML é a linguagem utilizada na elaboração das páginas de hipertexto da World Wide Web, que permite aos browsers navegar pelos sites e exibir os seus conteúdos.

É correto o que se afirma em

- (a) I, apenas.
- (b) II, apenas.
- (c) I e III, apenas.
- (d) I, II e III.

29) Correspondem, respectivamente, aos elementos placa de som, editor de texto, modem, editor de planilha e navegador de internet:

- (a) Hardware, software, hardware, software e software.
- (b) Hardware, hardware, software, hardware e software.
- (c) Hardware, software, software, hardware e software.
- (d) Hardware, software, software, hardware e software.

30) Acerca do vírus de computador nos sistema operacional Windows 7, assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) Para que um computador seja infectado por um vírus é necessário que um programa previamente infectado seja executado.
- (b) Existem vírus que procuram permanecer ocultos, infectando arquivos do disco e executando uma série de atividades sem o conhecimento do usuário.
- (c) Um vírus propagado por e-mail sempre é capaz de se propagar, automaticamente, sem a ação do usuário.
- (d) O chamado cavalo de troia distingue-se de um vírus por não infectar outros arquivos nem propagar cópia de si mesmo automaticamente.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

31) O princípio institucional da independência funcional, previsto no art. 127, da Constituição Federal de 1988, assegura, de forma resumida:

- (a) Que os membros da instituição não se vinculam aos processos nos quais atuam, podendo ser substituídos uns pelos outros.
- (b) Que cada membro tem autonomia no exercício de suas funções, apenas se sujeitando ao entendimento superior do Procurador-Geral de Justiça, que pode rever os atos praticados.
- (c) Que cada membro tem autonomia no exercício de suas funções, não se sujeitando a ordens nem mesmo de superiores hierárquicos, podendo, portanto, emitir sua convicção pessoal acerca do caso que é por ele analisado.
- (d) Que todos os membros integram um só órgão, sob a direção de um só chefe.

32) Para qual das atribuições abaixo relacionadas o Ministério Público **não** tem competência constitucional:

- (a) Controle externo da atividade policial.
- (b) Prestar consultoria a entidades que exerçam serviços de relevância pública.
- (c) Defender as populações indígenas.
- (d) Todas acima são atribuições constitucionais legítimas do Ministério Público.

33) Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é correto afirmar:

- (a) O Ministério Público dos Estados tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República.
- (b) O Ministério Público é instituição intermitente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis.

- (c) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional, bem como a estabilidade dos seus servidores.
- (d) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

34) Sobre os dispositivos legais da Lei Complementar Estadual nº 25/1998, acerca do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) Ao Conselho Superior do Ministério Público compete aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações apresentadas, no prazo de 10 (dez) dias, contados da efetiva decisão.
- (b) Ao Conselho Superior do Ministério Público compete decidir sobre a vitaliciedade de membros do Ministério Público.
- (c) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça propor ao Procurador-Geral de Justiça o encaminhamento de projeto de lei para a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais.
- (d) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça autorizar, por maioria absoluta de seus integrantes, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público.

35) Assinale a alternativa que elenca, de forma **incorreta**, algumas das atribuições do Corregedor-Geral do Ministério Público:

- (a) Superintender as atividades funcionais e administrativas afetas à Corregedoria Geral do Ministério Público, mantendo a organização dos assentamentos funcionais dos membros do Ministério Público e deles fazendo constar os elementos relevantes a apreciação dos pedidos de promoção e remoção.
- (b) Integrar, como membro nato, o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça, sem direito a voto quando do julgamento de suas postulações e de recurso a que tenha dado causa.
- (c) Determinar aos demais Órgãos da Administração Superior do Ministério Público, exceto à Procuradoria-Geral de Justiça, a expedição de normas administrativas e remeter-lhes as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.
- (d) Verificar a obediência dos membros do Ministério Público às vedações a eles impostas e fiscalizar o cumprimento de seus deveres e atribuições.

36) Assinale a alternativa que possui a assertiva correta acerca daquilo que compete aos Centros de Apoio Operacional, nos termos da Lei Complementar nº 25/98:

- (a) Estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns.
- (b) Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade e fiscalizar o cumprimento de tais informações.
- (c) Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos, mas não os órgãos privados que atuem em áreas afins.
- (d) Remeter semestralmente ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições.

37) Acerca dos Subprocuradores-gerais de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Compete ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais substituir o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos.
- (b) Compete ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça junto aos Tribunais.

- (c) Compete ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, ressalvadas as atribuições da Corregedoria-Geral e da Ouvidoria-Geral do Ministério Público, prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares em suas atividades de natureza funcional.
- (d) Compete ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos coordenar a elaboração e o trâmite interno e externo das propostas legislativas.

38) Assinale a alternativa **incorreta**.

Ao Procurador-Geral de Justiça compete:

- (a) Aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação, modificação e extinção de cargos e serviços auxiliares.
- (b) Exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente.
- (c) Dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito.
- (d) Designar membros do Ministério Público para atuar em plantões nas férias forenses.

39) Sobre o Conselho Superior do Ministério Público, nos moldes do texto da Lei Complementar nº 25/98, assinale a alternativa correta:

- (a) O Conselho Superior do Ministério Público será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 3 (três) Procuradores de Justiça eleitos, dois pelos Promotores de Justiça em exercício e um pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 1 (um) ano, vedada a reeleição, observado o procedimento desta Lei.
- (b) Ao Conselho Superior do Ministério Público caberá decidir sobre a vitaliciedade de membros do Ministério Público.
- (c) Ao Conselho Superior do Ministério Público caberá verificar a obediência dos membros do Ministério Público às vedações a eles impostas e fiscalizar o cumprimento de seus deveres e atribuições.
- (d) Ao Conselho Superior do Ministério Público compete dar posse aos Procuradores de Justiça.

40) As seguintes atribuições da administração superior do Ministério Público do Estado de Goiás são de responsabilidade de quais órgãos, respectivamente:

I - aprovar o Plano Estratégico Institucional e os Planos Gerais de Atuação.

II - aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público.

III - aprovar, por maioria absoluta, proposta de fixação das atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça.

IV - rever o arquivamento do inquérito civil, na forma da lei

- (a) Colégio de Procuradores, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Conselho Superior.
- (b) Conselho Superior, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Colégio de Procuradores.
- (c) Conselho Superior, Conselho Superior, Colégio de Procuradores, Conselho Superior.
- (d) Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Colégio de Procuradores, Conselho Superior.

41) Dentre os órgãos abaixo do Ministério Público do Estado de Goiás, o único que **não** possui funções de execução é :

- (a) Procurador-Geral de Justiça.
- (b) Centro de Apoio Operacional.
- (c) Conselho Superior do Ministério Público.
- (d) Promotor de Justiça.

42) Assinale a alternativa que está de acordo com o texto da Resolução nº 07/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás:

- (a) Notícia de fato criminal é qualquer demanda extrajudicial contendo a narrativa de conduta configuradora de infração penal, ao menos em tese, submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, nos limites de suas respectivas atribuições criminais.

(b) A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, ainda que sem fundamentação e a critério do Promotor de Justiça, por até 90 (noventa) dias, quando necessárias diligências preliminares imprescindíveis à formação do convencimento jurídico a respeito do fato.

(c) O procedimento investigatório criminal é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

(d) No procedimento investigatório criminal serão observados os direitos e garantias individuais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como as prerrogativas funcionais do investigado, aplicando-se, no que couber, as normas do Código de Processo Civil, exclusivamente.

43) De acordo com a Resolução nº 09/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, o arquivamento do inquérito civil público é:

(a) Promovido pelo Promotor de Justiça e homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

(b) Promovido pelo Promotor de Justiça e homologado pelo Poder Judiciário.

(c) Promovido pelo Procurador-Geral de Justiça e homologado pelo Colégio de Procuradores.

(d) Promovido e homologado pelo Promotor de Justiça.

44) Sobre a notícia de fato, pode-se afirmar:

I – a notícia de fato de natureza criminal seguirá as regras da Resolução nº 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça.

II - pode ser formulada presencialmente ou não.

III – caberá recurso de ofício ao Conselho Superior do Ministério Público no caso de arquivamento.

IV – está relacionada à atividade-fim do Ministério Público, e não as suas atribuições administrativas.

(a) As assertivas I e IV estão corretas.

(b) Apenas a assertiva II está correta.

(c) As assertivas I e III estão incorretas.

(d) Todas as assertivas estão corretas.

45) Acerca da Resolução nº 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

a) A notícia de fato será arquivada por decisão independente de fundamentação, quando o fato narrado não configurar lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público.

b) A notícia de fato será arquivada por decisão fundamentada, quando o fato narrado puder ser objeto de investigação ou de ação judicial futuros, ou já se encontrar solucionado.

c) A notícia de fato será arquivada por decisão fundamentada quando a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou de orientação do Conselho Superior do Ministério Público.

d) A notícia de fato será arquivada por decisão fundamentada quando for desprovida de mínimos elementos de prova ou de informação para o início de uma apuração, e o noticiante não atender à intimação para complementá-la. Já quando a notícia de fato for incompreensível é possível haver decisão de arquivamento sem fundamentação.

46) De acordo com a redação da Lei Estadual nº 20.756/20, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, e dá outras providências, são deveres do servidor, **exceto**:

(a) Manter conduta incompatível com a moralidade administrativa.

(b) Tratar com urbanidade as pessoas.

- (c) Representar contra irregularidades, ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- (d) Expor aos chefes imediatos as dúvidas e dificuldades que encontrar no desempenho de suas atribuições.

47) De acordo com a redação da Lei Estadual nº 20.756/20, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, e dá outras providências, constituem transgressões disciplinares e ao servidor é proibido:

- (a) Usar indevidamente identificação funcional ou qualquer outro meio que o vincule a cargo público ou a função de confiança, em benefício próprio ou de terceiro.
- (b) Descumprir, desrespeitar ou retardar, culposa ou intencionalmente, o cumprimento de qualquer ordem que seja ilegítima, administrativa ou judicial, lei ou regulamento.
- (c) Recusar-se, ainda que com justa causa, a submeter-se a avaliação periódica de desempenho ou perícia médica prevista em lei.
- (d) Praticar, tão somente de forma dolosa, ato definido em lei como de improbidade administrativa.

48) A respeito das hipóteses definidas como circunstâncias que agravam a penalidade imposta ao servidor público civil do Estado de Goiás em decorrência do cometimento de transgressão disciplinar, pela Lei nº 20.756/20, assinale a alternativa correta:

- I – cometimento mediante paga ou promessa de recompensa.
 - II - cometimento em concurso de duas ou mais pessoas.
 - III - cometimento em detrimento de criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência e do sexo feminino.
 - IV – cometimento para assegurar execução ou ocultação, a impunidade ou vantagem decorrente de outra transgressão.
- (a) Há apenas uma hipótese correta.
 - (b) Há apenas uma hipótese incorreta.
 - (c) Todas as hipóteses estão incorretas.
 - (d) Todas as hipóteses estão corretas.

49) Na fiscalização de uma entidade de longa permanência para idosos, o Promotor de Justiça poderá:

- (a) Acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado com a instituição por meio de um procedimento administrativo.
- (b) Acompanhar suas atividades, de forma continuada, por meio de um inquérito civil.
- (c) As duas assertivas estão corretas.
- (d) As duas assertivas estão incorretas.

50) José foi aprovado, nomeado e empossado para o cargo de Oficial de Promotoria de Justiça, em um determinado município do Estado de Goiás. Considerando a situação descrita, assinale a alternativa correta com relação ao período de estágio probatório do servidor, conforme previsão da Lei Estadual nº 14.810/2004:

- (a) O estágio probatório de José terá duração de dois anos.
- (b) A verificação dos requisitos mínimos durante o estágio probatório de José será realizada pelo Procurador-Geral de Justiça.
- (c) O não atendimento dos requisitos necessários para aquisição de estabilidade implicará na instauração de processo de exoneração de José, resguardada a ampla defesa e o contraditório.
- (d) ao término do período do estágio probatório, verificado o atendimento aos requisitos exigidos, será José declarado estável por ato de comissão instituída para tal fim.

PROVA DISCURSIVA

Questão 1

Após receber uma denúncia relatando que em um asilo haveria uma pessoa sofrendo maus-tratos pois estava gritando pedindo ajuda, o Promotor de Justiça determinou que o Oficial de Promotoria fosse ao local fazer uma vistoria. Chegando lá, o responsável pelo asilo permitiu livre acesso ao interior e foi logo explicando que teve que amarrar à força um idoso em sua cama, pois estava surtado e dizendo que iria se matar, bem como a todos ali, e que, se fosse desamarrado, partiria imediatamente em direção aos outros para agredi-los. Por isso, disse o responsável, não se responsabilizaria pelas consequências. Os demais idosos presentes pareciam normais, apesar de assustados. Em conversa com o idoso amarrado, este parecia bem saudável fisicamente, mas bastante perturbado, gritando que todos ali queriam matá-lo. Em seguida, pediu a você que o soltasse e o levasse até a polícia para fazer a queixa. Conhecedor das funções de seu cargo de Oficial de Promotoria, o que você faria nessa situação?

Questão 2

Registrou-se na Promotoria de Justiça da comarca “X” uma notícia de fato, por meio da ferramenta “MP cidadão”, em que José da Silva pede providências do Ministério Público para conseguir determinado medicamento. Após a análise da notícia de fato, o Promotor de Justiça da comarca “X” exarou decisão de arquivamento dos autos extrajudiciais de notícia de fato, com a fundamentação de que o fato narrado não configura lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público.

Tendo em vista que o Oficial de Promotoria é o responsável pelo cumprimento de diligências, notificações e comunicações da Promotoria de Justiça, discorra sobre como deve ocorrer a cientificação de José da Silva acerca da decisão de arquivamento exarada pelo Promotor de Justiça da comarca “X”, nos termos da Resolução nº 09/18-CPJ/MPGO.

REDAÇÃO

“Esse é comportamento do brasileiro. Todo mundo sabe que o racismo existe, mas ninguém é racista. Tem uma pesquisa histórica da década de 1990, da Folha de S.Paulo, de que 90% das pessoas diziam conhecer pessoas racistas e diziam que o racismo existia, mas quando perguntavam se elas eram racistas, elas diziam que não. Tem no Brasil uma discussão de achar que o racismo é só uma questão individual, só quando alguém destrata uma pessoa negra ou a discrimina. E falta um entendimento do racismo como sistema de opressão, e aí passa por a gente conhecer nossa história como povo brasileiro.”

(Trecho extraído da entrevista da filósofa e escritora Djamilia Ribeiro à BBC News Brasil - <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/06/05/djamila-ribeiro-sobre-racismo-no-brasil-todo-mundo-sabe-que-existe-mas-ninguem-acha-que-e-racista.htm?cmpid>)

A partir do trecho acima transcrito, elabore uma redação sobre o racismo no Brasil, destacando no texto a ser elaborado o denominado racismo estrutural.